

A CONSTRUÇÃO DA CULTURA POLÍTICA DO MST

Rafael Litvin Villas Bôas¹
Julia Iara de Alencar Araújo²

Resumo: O ponto de partida da pesquisa é a hipótese do caráter emblemático do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no âmbito da construção de uma cultura política de caráter socialista e dissonante em relação ao padrão hegemônico da lógica da cultura no sistema capitalista. A experiência de quatro décadas de existência da organização popular é descrita em suas múltiplas dimensões e analisada por meio da interlocução com pesquisas acadêmicas realizadas por militantes do MST e pesquisadores universitários (Caldart, 1987; Bogo, 2000, 2016; Costa, 2006; Menegat, 2006; Faria, 2011, 2016; Chã, 2016; Brennand, 2017; Gasparin, 2017; Barbosa, 2019; Villas Bôas, 2013, 2021), sobre temas que articulam as esferas da cultura e da arte com a política, a educação, a formação estética, e o projeto de Reforma Agrária Popular. O ano de 2005, momento em que acontecem o Seminário Nacional Arte e Cultura na Formação, na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) e a Marcha Nacional por Justiça Social e Reforma Agrária, de Goiânia até Brasília, é interpretado como um ponto de culminância, nos âmbitos organizativo e político, da cultura do MST.

Palavras-chave: Cultura Política; Reforma Agrária; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

¹ Professor da Universidade de Brasília. Atua nas áreas de Ciências Humanas e Sociais e Linguagens do campus de Planaltina da UnB. Na pós-graduação, atua no Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas (PPG-CÊN), do Instituto de Artes (IdA/UnB). Graduado em Jornalismo (2001), mestre em Comunicação Social (2004), e doutor em Literatura Brasileira (2009) pela Universidade de Brasília. Pós-doutor pelo PPG em Artes Cênicas da Universidade de São Paulo (USP). Coordena o grupo de pesquisa e programa de extensão Terra em Cena: teatro, audiovisual e educação do campo. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1814-710X> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2035707676879816> E-mail: rafaellvboas@gmail.com

² Graduada em Serviço Social, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2017), em curso ofertado em parceria com o Pronera. Mestre em Políticas Públicas, pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA, 2025). Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), integrante do Coletivo Nacional de Cultura. Possui atuação em Educação Popular e Cultura, com experiência em coordenação pedagógica de cursos, oficinas e espaços de formação em cultura e educação vinculados sobretudo ao MST. Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-0259-5660> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9767468164926238> E-mail: juh.flamme@gmail.com

THE CONSTRUCTION OF THE MST'S POLITICAL CULTURE

Abstract: The starting point of the research is the hypothesis of the emblematic character of the Landless Workers' Movement (MST) in the context of the construction of a political culture of a socialist nature and dissonant in relation to the hegemonic pattern of the spectacular logic of culture in the capitalist system. The experience of four decades of existence of the popular organization is described in its multiple dimensions and analyzed through dialogue with academic research carried out by MST activists and university researchers (Caldart, 1987; Bogo, 2000, 2016; Faria, 2011, 2016; Chã, 2016; Brennand, 2017; Gasparin, 2017; Barbosa, 2019; Villas Bôas, 2013, 2021), on themes that articulate the spheres of culture and art with politics, education, aesthetic formation, and the popular agrarian reform project. The year 2005, when the National Seminar on Art and Culture in Education took place at the Florestan Fernandes National School (ENFF) and the National March for Social Justice and Agrarian Reform, from Goiânia to Brasília, is interpreted as a culmination point, in the organizational and political spheres, of the MST culture.

Keywords: Political Culture; Agrarian Reform; Landless Workers Movement.

Introdução

*[...] quando se vê de repente lá na curva da estrada
uma fileira organizada aquela ruma de gente
é os sem terra certamente faz a história verdadeira
e o vermelho da bandeira tremula de estrada fora
já faz parte da história da cultura Brasileira.
(Fernando Miguel, 2016)³*

O objetivo principal do artigo é apresentar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) por uma perspectiva ainda pouco conhecida pela população e mesmo pelas universidades, a saber: o lugar estruturante e estratégico que a esfera da cultura ocupa na organização do Movimento, no decorrer de quatro décadas de atuação, configurando uma dinâmica que articula as esferas da cultura e da política, nos permitindo afirmar que existe, propriamente, uma cultura política outra, dissonante em relação àquela determinada pelos padrões de sociabilidade regidos pela dinâmica do capital.

Compreendemos por cultura política a maneira como uma população, em determinado território, se organiza para sobreviver, para reproduzir sua existência, e se relaciona, de forma ativa ou passiva, com instituições do Estado ou com demais organizações da sociedade civil, para se fazer representar e atuar política e culturalmente no conjunto da sociedade. Nesse sentido, compreendemos que a arte e a cultura no MST cumprem a importante função de recriação coletiva de possibilidades de autodeterminação que recolocam, de maneira potente, a imaginação e construção política da vida em perspectiva emancipatória, assim

Compreendemos que a arte, além de um direito humano intersubjetivo, é parte inalienável da luta do povo, como ingrediente de sua autocompreensão, autoexpressão e autodeterminação. Logo, cabe aos setores populares a aprendizagem artística, enquanto práxis viva pela qual os trabalhadores entram em cena para narrar o mundo a partir de suas perspectivas, o que inclui a desmontagem ideológica da história “oficial” e sua recriação como tempo-espço de possibilidades. Sob tal perspectiva, as questões

³ Estrofe do poema *Cultura*, de Fernando Miguel, publicado no livro *Versando Rebeldia* organizado pela Frente Palavras Rebeldes do MST, em 2016.

epistemológicas e metodológicas da estética se amalgamam com as da política, a criatividade ganha se potencializa com a reflexão crítica, a pesquisa social produz desafios e é desafiada pela pesquisa formal e a expressão popular e adquire aspectos de organização social. Tais díades, próprias dessa perspectiva de trabalho educativo com a arte política, marcam tanto os produtos como os processos de produção cultural, formando o elemento basilar da construção de uma cultura política democrática, convergente com o poder popular. (Villas Bôas; Pereira, 2019, p. 65)

Apresentamos como, no decorrer de 40 anos, o MST tem construído um percurso de construção de uma cultura política conduzida por um projeto político de caráter emancipatório que compreende a luta dos trabalhadores em chave de totalidade: ou seja, para além das demandas sindicais que respondem a necessidades imediatas dos camponeses (a terra e as políticas públicas que permitem a produção e reprodução da vida nos territórios), este Movimento se propõe a pensar mudanças radicais nas relações sociais que estão na base da produção das desigualdades e das violências.

A perspectiva de radicalidade produz uma série de processos políticos e pedagógicos que são hoje característicos de uma cultura política Sem Terra⁴, com vistas a construção de algo ainda mais ousado: uma cultura emancipatória, entendida como a experimentação de um processo dinâmico de construção de potencialidades e possibilidades de instauração de uma nova sociabilidade, superior à que vivemos atualmente – involucrada pela subordinação e alienação.

Dessa maneira, destacamos que no MST cada necessidade concreta impele um movimento de práxis, conforme exemplificamos: a) o desenvolvimento da produção nos assentamentos e acampamentos exige pensar criticamente o trabalho e a organização produtiva que deve ser impulsionada pelos trabalhadores e trabalhadoras; b) ao pensar a necessidade concreta da escola, o MST elabora criticamente a concepção de escola e de educação, e busca aproximação com as teorias que permitam experimentar processos que eduquem os sujeitos para

⁴ Ao longo do texto utilizaremos duas grafias que apesar de homônimas tem sentidos distintos: uma é a categoria Sem Terra com letra maiúscula, que denota a identidade das famílias inseridas na luta e organicidade do MST. A segunda é a categoria sem-terra, que trata dos trabalhadores e trabalhadoras rurais excluídos do processo do acesso à terra.

interpretar o mundo numa perspectiva transformadora, bem como projetar uma formação plena dos sentidos, onde a arte e a imaginação são basilares nos processos educativos; c) ao pensar a organização do território, o MST se preocupa com as relações de gênero e as contradições que decorrem das desigualdades do patriarcado incorporado nas relações capitalistas, assim como as contradições do racismo estrutural, e busca o desenvolvimento de formas organizativas que permitam aos trabalhadores o exercício da autonomia política: coordenar, planejar, avaliar, defender, desenvolver em seu próprio território táticas para o enfrentamento destas contradições, construir alternativas coletivas para a solução dos problemas; d) o MST pensa intencionalmente a estratégia de formação da sua direção e esta estratégia se desdobra numa série de processos formativos e de participação dos camponeses e camponesas numa dinâmica de inserção em diversas frentes de atuação, e os prepara para tal. Esta formação e inserção política implica alcançar gerações de militantes, portanto, a perspectiva de luta do MST transcende a satisfação de necessidades no tempo presente e se projeta para um horizonte mais amplo na construção de futuro.

Trazemos estes exemplos para situar que tais desdobramentos da luta pela terra são possíveis porque o MST estabeleceu três sólidos objetivos estratégicos em seu processo de constituição: terra, reforma agrária e socialismo. E este último objetivo denota a estratégia da cultura do e no MST.

Propomos, então, o debate sobre a cultura política do MST como recorte para pensar a construção de uma práxis cultural complexa que compreende cultura como sociabilidade e, portanto, como dimensão fundamental na luta por transformação social. A síntese da concepção de sociabilidade do MST pode ser encontrada no seu projeto político, cunhado pelo próprio movimento como Programa de Reforma Agrária Popular (PRAP). O programa está estruturado em onze pilares: a luta pela terra e o território; a defesa da natureza; produzir alimentos saudáveis; plantio permanente de árvores; mecanização da agricultura familiar camponesa; a cooperação, energia e mineração; educação e escola; saúde; cultura e arte; a solidariedade. Este programa como um todo pode ser entendido como um programa cultural, não se limitando ao pilar específico que trata das relações de cultura e arte,

uma vez que projeta as bases para a construção da nova sociabilidade anunciada pelo caráter socialista do MST.

Consideramos importante demarcar algumas opções metodológicas que adotamos na construção deste artigo. A primeira é a escolha do referencial teórico focado principalmente em pesquisadores e pesquisadoras militantes, em razão desta opção reforçar o argumento central deste artigo: reconhecer a dimensão estratégica e estrutural da cultura no MST. As pesquisas referenciadas partem de experiências concretas vivenciadas por estes pesquisadores militantes, enriquecidas pelo processo de apropriação teórica proporcionado pela inserção acadêmica. Nesse sentido, cabe destacar que, também, os autores deste trabalho se vinculam à tradição de atuação intelectual vinculada à sujeitos coletivos, os movimentos sociais, e em específico, o MST, em que a produção teórica é, em grande parte, tributária da vivência e participação ativa nos processos de organização e produção da cultura no movimento. Buscamos com isto fortalecer a sistematização e exposição dos muitos debates e leituras coletivas que permeiam o percurso de construção da cultura política do movimento.

A Reforma Agrária Popular e o percurso de construção da cultura política do MST

Conhecido por sua atuação no enfrentamento contra o latifúndio e, nas últimas décadas, também contra o agronegócio⁵, o MST é, de modo geral, objeto

⁵ O latifúndio é entendido, de maneira clássica, como a concentração de grandes extensões de terra improdutiva. O latifúndio, no entanto, se reconfigura com a consolidação do agronegócio como nova forma de organização da agricultura no campo centrada na produção de *commodities* para exportação e marcado pela implementação de uma complexa modernização tecnológica, extensões gigantescas de monocultivo, aplicação de pacotes de agrotóxico como estratégia de manutenção das taxas de produtividade e por um largo processo de desterritorialização de povos indígenas, quilombolas, assentados de reforma agrária e comunidades tradicionais. O agronegócio marca a entrada da agricultura brasileira num amplo processo de financeirização da agricultura, combinando um profundo processo de modernização da produção com a manutenção de estruturas arcaicas de poder na questão agrária brasileira, como apontam os índices de violência no campo e o índice de concentração fundiária que apontam uma manutenção do latifúndio não mais improdutivo do ponto de vista da produção para exportação, e ainda improdutivo para resolver o problema da fome, da moradia e da democratização da terra no Brasil.

de pesquisa acadêmica, em especial, nas áreas de ciências agrárias, sociologia, geografia, história e educação. Todavia, no senso comum, o MST é conhecido por conta da imagem pejorativa disseminada pela mídia empresarial – em parceria com os conglomerados do agronegócio – como uma organização ilegítima que “invade” propriedades alheias. Campanhas publicitárias como “Agro é Tec, agro é pop, agro é tudo” da Rede Globo são veiculadas como prólogos de telejornais, novelas que abordam o mundo mágico do agronegócio são encomendadas, como *Terra Prometida* (2016), e *remakes* de novelas que abordam o mundo rural e conflitos agrários foram exibidas recentemente, em que o agro sustentável é apresentado como modelo bem sucedido, superando o arcaico latifúndio violento, e contornando a solução da Reforma Agrária feita na lei ou na marra, como preconizada a palavra de ordem mais famosa das Ligas Camponesas (1955-1964).

A pesquisa pioneira

A pesquisa pioneira na observação do lugar distinto da cultura no MST é a obra *Sem Terra com Poesia: a arte de re-criar a história*, estudo resultante da dissertação de mestrado de Roseli Caldart sobre a cultura e a literatura no MST, publicado em 1987– apenas três anos após o nascimento do MST, em 1984 – e republicado trinta anos depois. Caldart observa que, desde o momento de origem, a palavra literária e a cultura ocupam lugar de destaque na forma de construção identitária e orgânica do MST (Villas Bôas, 2023). O trabalho parte da hipótese que cultura e arte cumprem várias funções no MST, dentre elas a formativa e a organizativa, e por isso recoloca o debate para o conjunto da esquerda brasileira sobre a articulação entre cultura, política e economia. Publicado pela editora Vozes, o livro veio a público quando o MST tinha apenas quatro anos e o Brasil recém retornava à vida democrática.

Sem terra com poesia: a arte de re-criar a história analisa os poemas e cantos de camponeses e militantes da região Sul do país. Segundo a autora, a produção poética do MST cumpre três principais funções: animação, pedagógica e política.

Por meio de entrevistas com militantes poetas e cantadores, acampados, assentados, e assessores do MST, Caldart constata que um dos aspectos mais relevantes dessa produção é a recuperação da voz dos trabalhadores marginalizados pelo sistema e do direito de participar igualitariamente da produção artística como forma de representação e transformação da realidade: “E este processo de afirmação crítica da arte popular acaba pondo em questão a própria concepção de arte e, o que é fundamental, a cisão que historicamente foi criada entre arte e trabalho, entre arte e vida cotidiana” (Caldart, 1987, p. 64).

Ao levantar os temas mais recorrentes da produção poética – trabalho, terra e luta –, Caldart observa que os sem-terra não dissociam as esferas do trabalho e do tempo livre, porque seu processo de trabalho não separa o trabalhador do resultado de sua produção. E, como em geral, não há divisão do trabalho tal como em sistemas industriais, as famílias sem-terra dominam todo o processo de produção de seu trabalho. Ademar Bogo (2002) tem análise convergente no texto *A arte e a mística na educação camponesa*:

A alienação industrial que se forma no processo de produção, tende a ficar no espaço de trabalho, uma vez que este é determinado mecanicamente, divorciando o produtor de seu produto. No entanto, fora do ambiente de trabalho industrial, o trabalhador tem uma vida social “livre”. Nesse espaço, ele pode estabelecer relações que não estejam submetidas à lógica da alienação e o alienado da produção assalariada pode tornar-se um “desalienado”, sindical, político, artista e criador de obras de arte, constituindo, assim, o poder de assegurar o seu tempo livre, fora do controle da “indústria cultural”, pois, conforme Adorno, “o tempo livre produtivo somente será possível para as pessoas emancipadas...” (Bogo, 2002, p. 113)

De acordo com a situação apresentada, estando em parte de seu tempo preso à produção controlada pelo capitalista, não há emancipação completa. Ele poderá criar fora do ambiente de trabalho. Nesse sentido, o conceito de tempo livre, produtivo e criativo aplica-se mais adequadamente ao artesão ou ao camponês, que faz de sua produção uma obra, empenhando os seus talentos. Isto se dá na medida em que ele antecipa em sua mente o cenário futuro que será produzido. Como se trata de uma obra territorial, começa por selecionar o terreno no qual desenhará, com a sua força de trabalho, a paisagem produtiva. Marca, ao mesmo tempo em que efetua a ação, o lugar onde planta as sementes, as mudas e

desenha com os pés o caminho por onde passará diariamente.
(Bogo, 2016, p. 48)

A palavra literária é circulada em muitos espaços do MST: nos momentos de celebração das místicas e nas jornadas socialistas⁶ a poesia marca forte presença, bem como nas marchas e nas lutas por ocupação de terra ou ações coletivas de resistência a despejos. A presença constante da ação artística, com o recurso frequente da declamação de poemas, estimula que os integrantes do MST cultivem um repertório de poemas consigo, para que a ele possam recorrer nos diversos momentos em que a ação coletiva abre espaço para tal. Segundo Caldart, a respeito do canto e da poesia no MST: “Esse tipo de expressão cultural é tão significativo no Movimento dos Sem-Terra (MST) que já não pode ser considerada apenas ornamental ou apendicilar à luta, mas sim uma de suas próprias dimensões integrantes” (1987, p. 10).

A autora chama atenção no livro para algo que somente após onze anos se tornará objeto de debate entre dirigentes do MST: a questão da produção cultural no e do MST, e as possibilidades de organização de um projeto cultural para a organização, enquanto parte da estratégia política do Movimento. Posteriormente, foram realizados seminários específicos para debater o tema da Cultura no MST (em 1998, 1999, 2005 e 2017) e parcerias com personalidades das artes, como Augusto Boal, alavancaram a formação de militantes com domínio técnico e teórico em diversas linguagens, o que permitiu a formação de diversas Brigadas e Frentes Artísticas (Brennand, 2017)⁷, a saber: a Brigada Nacional de Teatro do MST Patativa do Assaré (2001), a Brigada Nacional de Artes Plásticas do MST Candido

⁶ As Jornadas Socialistas e as Místicas são momentos e espaços pedagógicos construídos pelo MST em que se articulam linguagens artísticas e conteúdos que projetam os valores socialistas e humanistas. As jornadas, em geral, carregam fortemente uma intencionalidade internacionalista ao homenagear processos de luta e/ou lutadores de todo o mundo. A mística, por sua vez, se consolidou como momento de reflexão e elaboração coletiva sobre temas importantes para o movimento em forma estética, uma das principais marcas públicas do MST, além de representar um significativo espaço de vivência do afeto e do pertencimento militante.

⁷ As brigadas e frentes nacionais estão vinculadas ao Coletivo Nacional de Cultura, espaço organizativo em que se organizam as demandas entorno da organização da cultura no MST. As linguagens artísticas são trabalhadas em nível nacional, a partir de coletivos com representantes de vários estados e setores do movimento que têm habilidades nas diversas linguagens e práticas culturais.

Portinari (2014), a Brigada de Audiovisual Eduardo Coutinho (Villas Bôas; Canova, 2022), a Frente Palavras Rebeldes do MST, e a Frente de Música do MST João do Vale, que assim como a poesia, está presente de forma espontânea desde a origem do Movimento.

Influências e legados

Uma das providências no momento do nascimento do MST foi se apropriar do legado cultural, formativo e organizativo forjado por outras organizações do passado, como as Ligas Camponesas, o Movimento de Cultura Popular (MCP) e os Centros Populares de Cultura (CPCs) da União Nacional dos Estudantes (UNE)⁸, e construir uma complexa articulação entre as esferas da educação, da cultura, da formação política e da luta social.

Cabe destacar que a indissociabilidade entre o mundo do trabalho e da cultura, das formas de representação estética e os ciclos da natureza e reprodução da vida, era comum no mundo camponês e se manifestou de forma vigorosa em movimentos de luta pela terra anteriores, como observa Gasparin:

É importante reconhecer o trabalho formativo das Ligas muito vinculado ao trabalho de base, mas também da formação de quadros. O processo de conscientização dos camponeses vinha de fora da própria luta. Vinha da parte consciente. Já ganhava contorno esse processo formativo no uso das diferentes linguagens como a agitação e propaganda, o teatro, a música, o cuidado com a saúde dos camponeses e todo o trabalho de assessoria jurídica buscando garantir os direitos legais dos camponeses ante as relações trabalhistas de espoliação. Já a fase da formação de quadros iniciada com a Escola de Formação de Quadros não teve vida longa já que o golpe militar de 1964 interrompia esse processo de luta e organização popular. A repressão, torturas, prisões e assassinatos

⁸ Foram organizações populares de classe que integraram o conjunto de forças políticas que lutaram pelas reformas de base no início da década de 1960: as Ligas Camponesas defendiam a reforma agrária, o MCP (1959-1964) foi um movimento que surge em Pernambuco e articulava estudantes, intelectuais, artistas, e atuava em conjunto com organizações operárias e camponesas e os Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes (1961-1964) promoviam agitação política e cultural em conjunto com a Caravana da UNE que defendia a Reforma Universitária e demais pautas das reformas de base, e se disseminaram por mais de doze capitais brasileiras.

seria a prerrogativa encontrada pela burguesia brasileira para fazer valer seu projeto de classe. (Gasparin, 2017, p. 145)

Podemos notar que havia uma organização na esfera cultural das Ligas Camponesas, todavia, no estágio em que o golpe interrompeu a experiência de crescimento das Ligas, os camponeses estavam recém se apropriando, para além da condição de espectadores, das linguagens artísticas que lhes eram apresentadas por movimentos como o MCP e CPC. Estava ocorrendo um processo de aprendizado mútuo de todas as partes envolvidas, em que era intercambiada a experiência de luta dos trabalhadores, bem como suas formas de manifestações culturais tradicionais, enquanto os meios de produção artísticos eram compartilhados e socializados por artistas, professores e estudantes.

A diferença do MST para as Ligas Camponesas, na esfera cultural é que, desde o momento inicial o MST assumiu para si a responsabilidade de produção dos bens simbólicos necessários à produção de uma cultura política, que correspondesse a uma identidade distinta daquela que o sistema excludente constituiu aos despossuídos, como os seres marginalizados, sobre os quais pode recair impunemente a força repressiva, e sobre os quais não se permite a contestação da própria condição de desigualdade.

Desde 1984, o MST desenvolveu muitas práticas culturais articuladas ao processo de construção da estratégia e do seu caminho de luta.

Indagado sobre a contribuição do MST sobre a luta social no Brasil, Florestan Fernandes foi categórico, “se o MST não existisse, teríamos que inventá-lo”. De sua parte, o MST demonstrou que as conquistas, as mudanças sociais só podem acontecer através dos processos de luta. Poderíamos afirmar então que o Movimento desenvolveu uma cultura política da luta. Nas próprias palavras de Florestan “não se deixar cooptar, não se deixar esmagar, lutar sempre. Assim, as lutas foram as parceiras dos próprios processos formativos, das lições pedagógicas. (Gasparin, 2017, p. 124)

A luta – nos marcos dos objetivos estratégicos salientados na introdução “terra, reforma agrária e socialismo” – é considerada no MST a principal matriz formativa, na medida em que proporciona, pela experiência de vida de indivíduos

que se colocam coletivamente em movimento, experiências formativas em diversos níveis, o que enseja a ressignificação de conceitos e pontos de vista, em diversas dimensões.

A articulação entre diversas esferas formativas, capilares da vida social, que implicam numa estrutura de organização em setores, de educação, formação, cultura, saúde, gênero, produção, relações internacionais, comunicação, faz com que o MST busque uma forma de intervenção qualitativa na vida das pessoas, que questiona a relação do Estado brasileiro com a grande maioria da classe trabalhadora, composta de não proprietários abastados. O MST, tal como o MCP, não se dispõe a apenas promover formas inclusivas de inserção e adaptação social no sistema cuja lógica estrutural é excludente. Esse é um dos motivos pelos quais, por exemplo, o MST optou pelo diálogo com a Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire⁹, em busca da superação de um processo de alfabetização restrito apenas ao adestramento técnico e operativo na linguagem escrita, mas associando a ele um processo de formação da consciência permanente e complexo.

Os cursos de formação organizados pelo MST procuram contemplar as demandas de conhecimento histórico, filosófico, econômico, conjunturais, técnicos e, também, aqueles conteúdos do campo estético necessários para a formação estética, responsável pela experiência sensível a partir do desenvolvimento dos sentidos humanos.

Existe um legado do Movimento que pode ser notado no desenvolvimento de uma consciência estética presente no ato de embelezamento dos assentamentos, das agrovilas, dos centros de formação, na decisão pela produção agroecológica, sem insumo de venenos químicos, na construção de padrões antagônicos ao

⁹A Pedagogia do Oprimido, sistematizada por Paulo Freire, e hoje tão conhecida de movimentos sociais brasileiros e temida pela classe dominante, é uma experiência que nasce quando ele coordenava o setor de educação do MCP. A socialização dos meios de produção, a tentativa de desmercantilização da cultura e o combate à Indústria Cultural que são características centrais do trabalho dos CPCs são princípios basilares da ação cultural do MST, que também se apropria do método de criação de núcleos, no caso, chamados de brigadas, em cada estado onde está organizado. A alfabetização de jovens e adultos como tática de politização, de conscientização da população e erradicação do analfabetismo, preservada pelo MST, estava fortemente presente nos princípios do Teatro Experimental do Negro (TEN, 1944-1968) e do MCP, além de outras organizações populares como o MEB, que alfabetizou cerca de 380 mil nordestinos com as escolas radiofônicas entre 1961 e 1964.

monocultivo de larga escala, que é também monocromático, e gerador de uma cultura mercantilizada.

Este legado está presente também na organização da produção artística, por meio das Brigadas Nacionais ou Frentes das linguagens artísticas, na medida em que essa organicidade se reverte em produção cultural nos acampamentos, assentamentos, nas brigadas de agitação e propaganda e nas grandes lutas e atividades culturais e formativas promovidas pela organização, tais como as recentes feiras nacionais de cultura e agroecologia, antecedidas pelas Semanas Nacionais da Cultura Brasileira e Reforma Agrária¹⁰.

O MST teve mais tempo para amadurecer a experiência da relação entre cultura e política que os movimentos da década de 1960, como o MCP (1959-64) e os CPCs (1961-1964) da UNE. O golpe militar-empresarial de 1964, que iniciou a ditadura que durou vinte e um anos, foi o responsável pela destruição imediata do MCP e do CPC, pela perseguição à UNE ao romper os laços entre artistas, intelectuais, professores e estudantes com camponeses e operários.

O Movimento conseguiu promover uma relação dialética entre as manifestações tradicionais da cultura popular brasileira, sobretudo, aquelas presentes no campo brasileiro, com a assimilação dos meios de produção das linguagens artísticas como o audiovisual, o teatro, a poesia, a pintura, de modo que pôde dar prolongamento ao ciclo que a força das armas interrompeu, em 1964.

Cultura e Arte na linha de frente

No MST, cultura e arte atuam também na linha de frente, nas lutas de massa, conferindo a elas forte significado político, ampliando o poder de comunicação das lutas à classe trabalhadora urbana. Os maiores exemplos se concentram nas

¹⁰ As Semanas Nacionais da Cultura Brasileira e Reforma Agrária aconteceram nas cinco regiões onde o MST se organiza (Nordeste, Sul, Sudeste, Amazônia e Centro-oeste), no período de 2002 a 2016, e tinham como principal objetivo debater concepção de cultura e as diversidades e enfrentamentos da produção cultural a partir das especificidades de cada região.

grandes marchas do MST, como a de 1997 que rumou para a capital do país, após o massacre de Eldorado dos Carajás (Chaves, 2000), e a de 2005, de Goiânia à Brasília, em que doze mil militantes marcharam por dezessete dias, ao mesmo tempo em que faziam trabalho de base e agitação e propaganda pelas cidades em que passavam. Este ponto culminante de 2005 é emblemático de como a ação cultural do MST participa da estratégia política da organização de forma orgânica, e conta com parcerias fundamentais com artistas e coletivos de diversas linguagens, para acumular experiência e mesmo para desenvolver seu planejamento¹¹.

No caso em questão, vale destacar o papel que Augusto Boal cumpriu, junto com sua equipe de coringas do Centro do Teatro do Oprimido (CTO), do Rio de Janeiro, no processo de preparação da marcha, colaborando com a montagem de um teatro procissão, com quatro estações, e um elenco de 270 militantes artistas, de diversos estados do país. Este planejamento aconteceu na quinta e última etapa de formação de coringas do MST com o CTO, processo que deu origem à Brigada Nacional de Teatro do MST Patativa do Assaré, fruto da parceria desenvolvida entre 2001 e 2005, com cerca de trezentas horas de formação, em regime de alternância, com etapas de Tempo Escola concentradas no Rio de Janeiro, e etapas de Tempo Comunidade em que os coringas em formação tinham que criar novos grupos de teatro em acampamentos e assentamentos do MST (Villas Bôas, 2013; 2021).

Porquanto, no MST a arte é compreendida como uma expressão sensível do trabalho e, nessa perspectiva, todos podem desenvolver suas habilidades estéticas, de modo que todos e todas as militantes são estimulados a ser artistas, e todos e todas artistas são convocados a ser militantes. Cabe destacar que esta percepção dialética da relação artista-militante foi aprofundada a partir da colaboração da professora Iná Camargo Costa, por ocasião de uma palestra que ela concedeu sobre a obra de Walter Benjamin, com ênfase no ensaio *O autor como produtor*

¹¹ A webserie *A farsa* (2017), da Companhia Estudo de Cena, aborda a experiência da Marcha Nacional Por Justiça Social e Reforma Agrária (2005), com argumento que parte do massacre de Eldorado de Carajás para mostrar como a Brigada Nacional de Teatro do MST e o grupo do MST de São Paulo *Filhos da Mãe...Terra* construíram, em parceria com o dramaturgo Sérgio de Carvalho a peça *A farsa da justiça burguesa* (2005), que no Teatro Procissão foi encenada como a quarta estação. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCQeXmLjce9U7H6o8igBWetQ>. Acesso em: 19/10/2025.

(1934), durante a realização do seminário Arte e Cultura na Formação que o MST realizou na Escola Nacional Florestan Fernandes, em 2005. Durante o debate que ocorreu com uma centena de militantes presentes Iná Camargo Costa respondeu à seguinte questão: “Como transformar a produção dos coletivos de cultura em armas de intervenção política, para que ela deixe de ser mero acessório das atividades propriamente políticas?”

A primeira providência é superar a distinção entre cultura e política, tal como foi estabelecida, no capitalismo para melhor transformar a cultura em mercadoria. Os efeitos mais drásticos desta operação estão aparecendo agora no Brasil, com algum atraso em relação aos Estados Unidos dos anos cinquenta, quando a própria política foi transformada em mercadoria e surgiram os especialistas em marketing político. A ditadura militar se encarregou de produzir esse atraso. (...) Recusar a distinção entre cultura e política significa entender que cultura é política e política é cultura. Isso para começo de conversa. O próximo passo é tirar as consequências políticas dessa compreensão. Entre elas, perceber que é preciso ser militante-artista e artista-militante. Isto é: o militante que tem a tarefa de atuar na esfera da cultura precisa ter exatamente a mesma formação e informação que os dirigentes dos demais setores do movimento e vice-versa, naturalmente respeitando-se as diferenças das histórias de vida e da participação de cada um no movimento. (Costa, 2006, p. 39)

É importante destacar que, com intervalo de décadas, a resposta de Iná às indagações de militantes sobre o texto de Benjamin (1934), retoma o debate proposto por Caldart sobre o nascimento do artista orgânico como um tipo particular de intelectual orgânico – que seriam os agricultores-poetas ou os artistas “tradicionais” que “por origem ou por identificação política se engajam na luta dos Sem Terra e passam a fazer da arte seu instrumento de ajuda a esta luta” (Caldart, 1987, p. 119). Desde então, a compreensão de que todo artista no MST deve ser militante e de que todo militante pode ser artista, na medida em que pode desenvolver as capacidades expressivas e as habilidades artísticas, passou a ser disseminada na organização, como forma de contraposição à dinâmica alienada de divisão social de trabalho existente na arte submetida à lógica do espetáculo.

Conforme destacamos, Caldart foi a primeira a observar que o MST já nascia deixando uma marca importante para as lutas sociais brasileiras: além de ser um movimento agrário foi, desde o início, também um movimento cultural, um movimento que não apenas reivindica o direito ao acesso aos bens culturais, mas uma organização de trabalhadores rurais sem terra que produz cultura, da mesma forma que produz na terra tornando-a produtiva.

Da cultura da existência à cultura da resistência: ocupar, resistir, produzir

De acordo com Ademar Bogo, no livro *O MST e a Cultura* (2000) – que sintetiza os debates e os encaminhamentos ocorridos nos dois primeiros seminários nacionais sobre o tema – “cultura, culto e colonização derivam do mesmo verbo latino colo, cujo particípio passado é *cultus* e o particípio futuro é *culturus*”. Nesse sentido, o primeiro conceito abrangente com o qual o MST passou a definir o sentido de cultura foi o antropológico, a partir da contribuição de intelectuais como o professor Alfredo Bosi, convidado do primeiro seminário. Segundo Bosi, cultura tem a ver com o cultivo da terra, e o cultivo da existência por meio do trabalho, daí a ideia de que cultura é tudo aquilo que fazemos para produzir nossa existência, ou, dito de outra forma, cultura seria tudo o que criamos, fazemos e sentimos ao produzir nossa existência.

“Ocupar, resistir, produzir” é palavra de ordem, cujo sentido expresso nesse conjunto de ações vai muito além do gesto de ocupar e produzir alimentos na terra. Para que as famílias possam transformar a terra improdutiva em local de produção de vida, de organização, de alimentos, de festa, é necessário tanto resistir ao aparato repressor do Estado subordinado aos interesses do capitalismo que fará de tudo por meio da justiça, da polícia, dos jagunços e milícias para destruir a luta popular, quanto resistir aos hábitos consumistas, individualistas, aos valores machistas, racistas e homofóbicos, que dificultam a organização da vida coletiva e a construção do poder popular.

Todavia, o MST foi percebendo que não bastava, após ocupar e conquistar a terra, reivindicar a inclusão dos sem-terra ao modelo de escola urbana, aos produtos culturais da indústria cultural, ao modelo agrícola do grande fazendeiro. Pouco a pouco era notada a contradição entre ser produtor agrícola e ser apenas consumidor dos valores e dos bens culturais importados da cidade.

De modo que para se contrapor ao êxodo rural não bastava a conquista da terra, era preciso investir na qualidade da vida no campo, para que as gerações não migrassem para a cidade em busca de alternativas de trabalho, de estudo ou lazer. Isso exigiu do MST a construção de um outro projeto de escola: a Educação do Campo¹², fundada em matrizes produtivas como a luta social e a cultura (Caldart, 2004).

Além disso, para resistir foi necessário reivindicar a condição de produtores também dos bens simbólicos, para que pudessem criar novas realidades, imaginar novos futuros para além dos limites estreitos de uma existência precária. A arte, então, entrou no MST como uma expressão necessária de construção de nossa humanidade, como a síntese de direito à imaginação, à criação estética. De acordo com Faria:

Um primeiro elemento importante para compreender a arte e cultura do MST é entender que esse processo de formação artística parte de um princípio importante, que é a afirmação de que não somos passivos. Não compartilhamos da construção do camponês puro que está só observando; ao contrário, estamos ativos diante dessa produção artística. A arte no MST, tal qual na ocupação da terra, está mediada pelo conflito. Ela está mediada por uma disputa, assim como no acampamento enfrentamos a disputa territorial geográfica. E sabemos que a disputa não é somente territorial, no sentido físico da terra. No assentamento estamos disputando uma série de outros

¹² Como destaca Caldart, a Educação no Campo: “Combina a luta pela educação com luta pela terra, pela Reforma Agrária, pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar, ao território. Por isso, sua relação de origem com os movimentos sociais de trabalhadores. Na lógica de seus sujeitos e suas relações, uma política de Educação do Campo nunca será somente de educação em si mesma e nem de educação escolar, embora se organize em torno dela. (2012, p. 263)”. Atualmente, existem mais de quarenta Licenciaturas em Educação do Campo em universidades e institutos federais brasileiros, que formam educadores do campo habilitados em uma ou mais das seguintes áreas de conhecimento: Ciências da Natureza, Matemática, Linguagens e Ciências Sociais. E nos territórios da reforma agrária existem mais de duas mil escolas do campo que seguem as diretrizes estabelecidas para a Educação do Campo no Brasil. Fonte: <https://mst.org.br/educacao/>

elementos, tais como modo de vida, consciência, formas de criar os nossos filhos, como vamos pensar e o que vamos fazer em todas as esferas de nossa vida. Então, o Movimento, conforme foi fazendo a sua luta, também foi elaborando o que pensávamos sobre arte, sobre cultura. (Faria, 2016, p. 126)

Os dois primeiros seminários O MST e a Cultura, pautaram amplo leque de questões a partir da experiência de outros movimentos sociais e lutas populares anteriores, e a partir das próprias contradições vivenciadas pelo Movimento. Dentre elas a relação dialética entre o antigo e o moderno, o velho e o novo, a questão dos hábitos e valores, da assimilação de padrões de gosto influenciados pela cultura fetichista do capital, que coisifica o ser humano e a natureza.

O processo de formação no campo da cultura passou por várias fases e contou com metodologias e objetivos distintos que corresponderam e correspondem as demandas, mas também as condições concretas – possibilidades e limites – de cada período.

De modo sintético, abordaremos o desenvolvimento da dinâmica cultural do MST de acordo com um esquema de períodos construído em reuniões do Coletivo Nacional de Cultura, instância que coordena as linhas políticas e de ação para organização da cultura e das artes no movimento. Por meio do esquema buscamos entrever as seguintes relações: a luta, a articulação e a formação política, o trabalho artístico a partir da fusão das linguagens, a mística, a agitação e propaganda, visando com isso analisar em que medida há o processo de constituição de uma cultura política específica resultante dessa dinâmica peculiar, decorrente do modo organizativo do MST, em função da estratégia política que estabeleceu.

1ª Fase: construção da cultura organizativa e início da produção artística do MST (1984/1996)

Nesse período são construídos os dois principais símbolos do MST: a bandeira e o hino. Além de diversas músicas e poemas que marcam a trajetória da

Organização e seguem até a atualidade como referências da sua produção cultural e artística.

Havia também a poesia, mas a música era o forte, inclusive os nossos militantes tinham curso de formação para tocar violão. Existiam os festivais improvisados nas reuniões e nos encontros. Neste início, o estilo musical do MST foi fortemente influenciado pelas canções da luta sandinista e de Cuba, por exemplo. Vimos, com o tempo, como a música era importante, e disso surgiu o questionamento de que não queremos tocar apenas para animação, podemos fazer a animação, mas não somente isso. Os Sem Terra são abusados, queremos ir para frente e aí começamos a discutir como avançar em nossa produção musical. E surge daí uma música no movimento que vai fazer a propagação do que ele significa. Surgiram então as canções de luta. A nossa música fala sobre o que é essa reforma agrária na qual estamos pensando. Vejam, a música vai trazendo também o pensar estratégico, a tática do momento utilizada pelo movimento. (Faria, 2016, p. 136)

A mística é uma forma de manifestação artística e política herdada das manifestações estéticas religiosas, e está presente no MST desde seu surgimento. Com o passar do tempo, o movimento foi retrabalhando-a, atribuindo a ela novas formas, significados e funções (Bogo, 2002; Barbosa, 2019). A mística é uma forma de intervenção plural e coletiva, em que todas as linguagens artísticas podem ser trabalhadas em conjunto.

Fenômeno ainda pouco estudado dada a capilaridade e relevância dessa forma de intervenção cultural, a complexidade da mística reside no fato que ela não é propriamente uma obra fechada, como uma peça de teatro, um filme, um poema, mas ela permite, no seu processo produtivo, que todas as linguagens artísticas sejam utilizadas na composição de um meio significativo que evoca a memória, os valores, a estratégia da luta, os princípios, em confronto com o modo de produção e o sistema capitalista. De modo que a mística é um gesto de cultivo de um projeto, é uma expressão que não se resume à intervenção estética, à celebração. O ato místico compreende todo o processo de articulação da memória com a luta cotidiana, da arte com a vida, da estética com a política, permitindo, tal como num

ritual, que todos tomem parte, sem distinções de talento, especialidades ou vocações, por isso, é um fenômeno que se contrapõe à divisão alienada do trabalho.

Por ter grande força expressiva, nos grandes encontros, seminários e congressos, o momento da mística é sempre envolto em grande expectativa por parte de todos os presentes, é o momento em que todos fazem questão de estar na plenária, para poder ver, refletir e comentar sobre a forma como o conjunto de estados que compõem as grandes regiões pelas quais o MST se divide, consegue expressar simbolicamente seu ponto de vista sobre a estratégia da luta diante da realidade e seus obstáculos.

2ª Fase: inserção da cultura na organicidade do MST (1996/2005)

A partir de 1996 uma série de oficinas, seminários e festivais iniciaram o processo de amadurecimento da discussão sobre cultura no movimento. E até 2000 os debates sobre a Cultura eram realizados no interior do Setor de Educação¹³.

O Coletivo Nacional de Músicos do MST organizou-se ainda em 1996, o que fomentou uma série de debates do movimento, pois já surgia o questionamento que o movimento não fazia só música, fazia poesia, dança, teatro e mais um monte de coisas. Portanto, era necessário organizar o Coletivo de Artistas do MST. E assim, em 1998 – percebiam como a teoria e a prática entram juntas aqui –, realizou-se o primeiro seminário do movimento, O MST e a Cultura, que consistiu em chamar o pessoal que sabia sobre o assunto, de modo que as pessoas pudessem dialogar com militantes do movimento sobre temas como o que é arte, o que é cultura, por exemplo. Em 1999, aconteceu o segundo seminário, cujo objetivo era aprofundar as questões no tocante à cultura e à sua relação com a luta Sem Terra. (Faria, 2016, p. 137)

No início, o Coletivo de Cultura tinha como principal objetivo organizar e coordenar: ação e produção cultural, principalmente, nos grandes eventos

¹³ Instância organizativa de nível nacional que elabora e coordena as ações entorno da educação no MST. Este espaço é responsável principalmente por dar unidade às ações pedagógicas de construção das escolas do campo nos territórios do MST.

realizados pelo MST; colaboração no processo de desenvolvimento dos militantes que manifestavam vocação artística, na época, principalmente, na linguagem da música; viabilização do acesso à produção artística (principalmente filmes e músicas) realizada pelo conjunto da sociedade; fortalecimento da relação com artistas e intelectuais que apoiam a reforma agrária popular – chamados Amigos do MST.

Prevalecia a lógica de organizar o que já existia, ou proporcionar condições aos que demonstravam vocação. E de outro lado, aproximar os artistas conhecidos para facilitar a propaganda da reforma agrária. Nessa fase o problema da lógica do espetáculo não era ainda compreendido como uma contradição sobre a qual teríamos que tomar providências – embora a questão já aparecesse como mal-estar e demanda.

Os registros indicam que foi no ano de 1998 que teve início, de forma intencionalizada, o debate sobre a compreensão da cultura e o início da construção das linhas políticas de atuação nesse campo.

O I Seminário (1998), além de aprofundar as questões gerais sobre a cultura, ampliou a noção organizativa e propôs o Coletivo Nacional de Artistas do MST como estrutura organizativa. O II Seminário (1999) proporcionou um debate mais orgânico e com propostas concretas de ação para fomentar o debate e a prática da cultura no conjunto do MST. Ampliou-se a abrangência e foi proposta a organização do Coletivo Nacional de Cultura do MST.

Naquele período, tal qual ocorria com o todo da luta do MST, há uma efervescência na produção cultural e artística do Movimento com: a publicação do livro de músicas e produção de CD's; a presença da arte nas ações de embelezamento e de agitação e propaganda; o processo sistemático de formação de multiplicadores de teatro, com Augusto Boal e os curingas do Centro do Teatro do Oprimido (CTO), cujo resultado imediato foi a criação da Brigada Nacional de Teatro do MST Patativa do Assaré, em 2001; a organização do Coletivo por frentes artísticas e a inserção das coordenações por grandes regiões; oficinas das grandes regiões, a I e II Semana Nacional da Cultura Brasileira e da Reforma Agrária (RJ e PE); a participação intensiva dos militantes do Coletivo de Cultura na coordenação

de oficinas artísticas nos Acampamentos Nacionais Eldorado dos Carajás (2001) e Chico Mendes (2003), ambos em Brasília, e nos cursos de formação das escolas estaduais, prolongados e nacionais; a participação importante do MST na fundação e organização da Associação Nacional dos Violeiros, e realização do Festival de Violeiros (2005); a realização de oficinas nacionais por frentes; a criação dos grupos, brigadas ou coletivos nos estados: Ocuparte/ES (2001), Semeadores/DF (2003), Filhos da Mãe...Terra em Sarapuí/SP (2004), Brigada Estadual de Cultura Filhos da Terra do MST/MS (2004), Coletivo Peça pro Povo em Viamão/RS (2005), Brigada Gralha Azul do MST/PR (2005) etc.

Neste período a cultura passa a ser considerada na formulação da estratégia da organização. No campo da cultura e das artes foram produzidos: o *Caderno das Artes nº 1 – Teatro* (2005), material com histórico do processo de formação da Brigada Patativa do Assaré, e o trabalho com o método de trabalho com Teatro do Oprimido, incluindo o texto das peças construídas coletivamente *Privatleite* (2001) e *A peleja de boi bumbá contra a água imperiá* (2001); o *Caderno das Artes nº 2 – Artes Plásticas e Poesia Fecundando o chão: artes que brotam na luta* (2009), com imagens dos painéis e poesias; e o caderno “Enraizar é fundamental” (2003) com artigos de militantes da primeira geração do MST.

Esse período se caracteriza pelo processo orgânico no campo da cultura e pelo fortalecimento de processos de desenvolvimento cultural em consonância com a estratégia da Organização. Ocorre a ampliação intencionalizada dos militantes da cultura. Nesse aspecto, é importante ressaltar que, nem sempre, esses militantes pertenciam organicamente ao Coletivo de Cultura, ou seja, podiam fazer parte também e prioritariamente de outros setores da Organização.

No Seminário de 2005, Arte e Cultura na Formação e no Curso de Formação de Quadros em Cultura e Comunicação, realizado na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em 2006, além do balanço feito em relação a prática cultural no MST (os limites e as possibilidades), garantiu-se a aproximação e aprofundamento de questões estruturantes no campo cultural brasileiro. Possibilitando o processo de maturação em relação a questões complexas, ao funcionamento das dinâmicas culturais e buscou-se minimizar análises e práticas de culpabilidade simplificadora

em relação às práticas culturais no e do MST. Se destacaram os seguintes eixos de debates: a constituição das ideias culturais e políticas no Brasil; Indústria Cultural; relação conteúdo e forma; o militante artista e o papel da arte na luta; além da construção coletiva das linhas políticas do Coletivo Nacional de Cultura do MST.

Esse processo de formação aprofundada possibilitou ao conjunto do MST uma série de experimentações culturais que permitiram exercitar, na prática, alguns elementos de caráter contra hegemônicos. A Marcha Nacional de 2005 e a experiência da Brigada Cultural, composta por 250 militantes que atuaram permanentemente, a conformação dos espaços culturais estritamente vinculados ao todo da assembleia popular que organizava os marchantes, também em 2005, e a experiência de descentralização das atividades culturais proposta pelas barracas das grandes regiões, as intervenções artísticas simultâneas e a Festa da Abundância no Congresso Nacional de 2007¹⁴, explicitaram, na prática, as reais possibilidades de construção coletiva de novas formas de socialização e sociabilidade.

Deste período destacam-se algumas outras atividades, processos organizativos e produções como: produção coletiva do CD da Educação do Campo (2005); ampliação da participação na reunião do Coletivo Nacional de Cultura para 21 estados (abril de 2006); participação do Coletivo de Cultura no evento TEIA – Encontro Nacional dos Pontos de Cultura, com 270 militantes, no espaço da Bienal, do parque Ibirapuera (SP); inserção na discussão sobre providências políticas entre os trabalhadores da cultura; divulgação pública da carta da Rede Cultural da Terra; o Coletivo de Cultura é convidado pelo Setor de Educação para participar do processo de elaboração do VI Concurso, agora chamado de Concurso Nacional de Arte-Educação, cujo tema foi Construindo a escola do MST: como fazer a escola transformando a escola?; a edição do *Caderno de Ensaios do Coletivo de Cultura* (maio de 2006), com ensaios de assessores do Seminário de Julho de 2005.

¹⁴ A Festa da Abundância consistiu em uma espécie de “banquete” organizado por grande região durante o Congresso Nacional de 2007, onde se partilhava para o conjunto da base social e amigos do MST a diversidade da produção agrícola, gastronômica e artística, pois as atividades aconteciam também em paralelo às apresentações culturais das regiões. Pode-se considerar algo semelhante ao que hoje são, em maior proporção, as feiras da reforma agrária em todo país.

3º Fase: a perspectiva coletiva e combativa da cultura no enfrentamento à lógica mercantil da Indústria Cultural (2005 até o momento atual¹⁵)

O período de expansão territorial de coletivos e brigadas foi acompanhado por um processo de aprofundamento de estudos de cursos de formação de quadros, de parcerias com outros setores no desenvolvimento de metodologias de cursos de saúde envolvendo a cultura, de frente de massa envolvendo a agitação e propaganda, de comunicação articulada à cultura, de educação interessada nos métodos do Teatro do Oprimido articulados à Pedagogia do Oprimido. Foi um período de grande estímulo intelectual à construção de métodos, propostas didáticas complexas, porém, de fácil assimilação e que pudessem se multiplicar amplamente pelas regiões e pelos estados.

Entretanto, data desse período o fortalecimento das perseguições ao MST pelo poder legislativo federal e pelo poder judiciário. Foram criadas Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito (CPMIs) no Congresso Nacional para apurar os repasses de recurso do poder executivo, via ministérios, para os movimentos sociais do campo, e a consequência imediata foi o congelamento do repasse de recursos para associações e cooperativas, o que implicou na paralisação dos vinte e um pontos de cultura da Rede Cultural da Terra¹⁶ e na não abertura de mais cinco pontos que estavam em processo de tramitação no Ministério da Cultura.

Na retaguarda, o MST aprofunda a relação com as universidades, e consegue por meio de cursos financiados pelo Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (Pronea) e por meio de abertura de novos cursos regulares como a Licenciatura em Educação do Campo, oportunizar processos de formação regulares para assentados, acampados e militantes. Datam desse período a abertura de cursos regulares em parceria com universidades: Licenciatura Plena em

¹⁵ É possível considerar subdivisões entre 2005 e 2025, levando em conta a estratégia de implementação da Reforma Agrária Popular e os fatos ocorridos no país e na América Latina nas últimas duas décadas. O propósito sintético do artigo não permite, contudo, explorar em detalhe essas perspectivas. Para isso, é recomendável observar os documentos produzidos e divulgados pelas instâncias diretivas do MST e pelo Coletivo Nacional de Cultura do MST.

¹⁶ A Rede Cultural da Terra foi criada nos anos 2000 e chegou a articular vinte e um pontos de cultura do campo, em territórios de Reforma Agrária, amparada pelas políticas do Ministério da Cultura na época, através do programa Cultura Viva.

Artes com habilitações em Música e Artes Plásticas (MST/UFPI/Proneira), com início em 2008 e término em 2012; Licenciatura em Educação do Campo (UNB/Itterra), com início da primeira turma em 2007 e término em maio de 2011, estando, atualmente, no ano de 2025, iniciando a vigésima quinta turma do curso.

Apesar da dificuldade organizativa nos estados, a militância do Coletivo de Cultura continuou demarcando posição nos grandes eventos do MST por meio das inovações metodológicas implementadas, como o fortalecimento do protagonismo dos camponeses e grupos artísticos organizados pelo movimento, em detrimento à presença de artistas consagrados, celebridades. E o fortalecimento da diversidade cultural, em termos artísticos e culinários, permitindo aos presentes e à sociedade a constatação da riqueza da diversidade de formas culturais, de hábitos, práticas e saberes tradicionais cultivados e fortalecidos pela luta pela reforma agrária. O maior indício disso é o acelerado crescimento das feiras culturais e agroecológicas da reforma agrária popular, que têm acontecido em capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Brasília, Maceió, João Pessoa, Recife, e, também, em cidades de médio e pequeno porte nos estados brasileiros, com grande afluência de público e enorme potencial de articulação com diversos segmentos da classe trabalhadora.

Brennand (2017) desenvolve a hipótese do trabalho cultural do MST apontar caminhos para a criação de uma cultura contra-hegemônica:

Para o MST, a cultura e a arte estão introjetadas em sua própria vida como um todo, sendo formas constituintes do processo de formação, que objetiva contribuir para o avanço na luta de classes e para a transformação dos territórios conquistados. Portanto, o lugar da cultura no MST se contrapõe, na prática, aos conceitos desenvolvidos, em que a arte e a cultura têm sua dimensão autônoma de uma sociedade supostamente “livre”, desconectada das relações sociais. Entretanto, o MST constrói uma dinâmica de resistência e enfrentamento. A partir desta análise, a arte no MST contribui para a promoção do diálogo com a sociedade e para a formação política dos acampados e assentados, na educação dos sentidos e no desenvolvimento dos sentimentos coletivos. Portanto, busca-se criar uma cultura voltada para a luta emancipatória, em que trilha caminhos para vivenciar o desejo e a necessidade da liberdade. (Brennand, 2017, p. 142)

Podemos depreender, pelo que analisamos, em diálogo com pesquisas realizadas sobre diversos aspectos que envolvem a produção cultural do MST que esta organização desenvolve uma experiência ampliada e complexa de cultura e arte, desde sua origem, na medida em que as considera como matrizes da formação estética, que devem ser reivindicadas não apenas nas esferas do consumo de bens culturais, mas do direito à apropriação dos meios de produção de bens simbólicos, para que os territórios da reforma agrária popular sejam povoados por produtores de cultura e arte, para além de serem espaços de circulação eventual de artistas e grupos urbanos.

Conforme descrito, o MST tem avançado para territórios urbanos em busca do fortalecimento dos vínculos com a classe trabalhadora, e a maneira como conduz essa aproximação une as esferas da cultura e da agroecologia, por meio das feiras agroecológicas e culturais, em que o ambiente de convívio, partilha e festa das feiras das cidades do interior, cria em grandes cidades ambientes de troca, informação, formação e propaganda sobre qual é o projeto da Reforma Agrária Popular do MST. As novas tentativas, táticas e métodos ensejam conquistas e, também, novas contradições, que todavia, não são ignoradas (Brennand, 2017).

Por fim, cabe destacar que, no âmbito da descrição, sistematização e análise das experiências desenvolvidas, a militância do MST e pesquisadores das universidades brasileiras e internacionais tem ampliado a quantidade e qualidade das pesquisas desenvolvidas, inclusive explorando campos de pesquisa em zonas de fronteira pouco habituais para a forma como as linhas de pesquisa de programas de pós-graduação estão organizadas, delimitando objetos de pesquisa que articulam Agronegócio e Indústria Cultural, por exemplo (Chã, 2016).

No final de sua palestra no, já mencionado, Seminário Arte e Cultura na Formação, de 2005, o professor da UFRJ, Marildo Menegat (2006), encerrou fazendo a seguinte provocação:

Portanto, a obra de arte e a cultura, hoje, não mais libertam o homem da sua natureza. Não mais libertam o homem da sua condição de

miserabilidade. Por isso eu repito que arte e cultura em nossa época só fazem sentido se forem contra a barbárie.

Para finalizar, proponho uma provocação: arte e cultura não fazem revolução, mas não existe revolução, que seja de fato revolução, que não desenvolva uma arte e uma cultura próprias. Mudar o mundo é muito mais complicado que fazer apenas arte e cultura, o que já é muito complicado. Mas jamais mudaremos o mundo se não produzirmos uma arte e uma cultura que nos ensinem o caminho para o outro lado do rio, para o reino da liberdade. (Menegat, 2006, p. 27)

A ponderação de Menegat, junto com outras tantas desenvolvidas naquele seminário emblemático de 2005, na ENFF, tem reverberado sobre a atuação da cultura do MST pelas duas décadas seguintes, período em que novas linhas políticas foram estabelecidas, novas táticas foram adotadas e, sobretudo, desafios crescentes se apresentaram, desde o avanço da extrema direita no Brasil e no mundo, por meio de manobras golpistas mas, também, por meio de vitórias eleitorais, enquanto o planeta demonstra sinais crescentes de colapso social e ambiental. A necessidade de construir processos concretos de enfrentamento à barbárie reafirma a importância da providência tomada pelo MST na consolidação de uma cultura política que dirija a organização rumo a uma práxis emancipatória.

Considerações finais

Procuramos demonstrar que a cultura política do MST se dá pela totalidade da experiência formativa e organizativa que este movimento social empreende, em que há lugar estratégico para a dimensão da formação estética, compreendida como formação dos sentidos humanos, resultado de uma práxis em permanente estado de transformação.

A forma como o MST se relaciona com as linguagens artísticas recusa o fetiche da forma mercadoria, da arte paga, da relação coisificada entre obra, autor e público, e prioriza o trabalho com as linguagens, a apropriação processual, e construção de experiências de fruição e contato com as linguagens que passam pelas escolas do campo como centros populares de cultura, pelos centros de

formação do MST, pela maneira como as artes participam ativamente da vida social e das dinâmicas de sociabilidade existentes nos acampamentos, nos assentamentos, nas marchas, nas cooperativas, nos cursos, nas escolas, nas noites culturais, nas jornadas socialistas, nos momentos de mística e durante as ações diretas de protesto e reivindicação.

A cultura política que o MST foi capaz de forjar em mais de quatro décadas é uma construção viva, dinâmica, que precisa ser conhecida por outras organizações populares, por forças partidárias, pelas instâncias governamentais que criam e fomentam as políticas públicas, não como uma identidade específica, mas como um legado ativo na luta por um projeto popular e socialista de país, enquanto horizonte histórico e base estratégica de um projeto de transformação social.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. **Indústria Cultural e Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

BARBOSA, Luciano Carvalho. **As místicas do MST**: aspectos formais, políticos e organizativos da construção estética do território. Dissertação defendida no PPG Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe. São Paulo: Unesp, IPRI, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/183115>. Acesso em: 14/11/2025.

BOGO, Ademar. A arte e a mística na educação camponesa. In CARVALHO, Cristiene Adriana da Silva; MARTINS, Aracy Alves. **Práticas artísticas do campo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

BOGO, Ademar. **O MST e a Cultura**. São Paulo: Incra/Pronera/Itterra. Caderno de Formação nº 34, 2000.

BOGO, Ademar. **O vigor da mística**. São Paulo. ANCA, 2002.

BRENNAND, Evelaine Martinez. **Enquanto governa a maldade, a gente canta a liberdade**: Coletivo de Cultura do MST: caminhos para a criação de uma cultura contra-hegemônica. Dissertação defendida no PPG Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe. São Paulo: Unesp, IPRI, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/153343>. Acesso em: 14/11/2025.

CALDART, Roseli Salete. **Sem-terra com poesia: a arte de re-criar a História.** Petrópolis: Vozes, 1987.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDART, R. S. Verbete Educação do Campo. In: CALDART, R.S.; PEREIRA, I.B.; ALANTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.). **Dicionário de Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.

CHÃ, Ana Manuela de Jesus. **Agronegócio e indústria cultural: estratégia das empresas para construção da hegemonia.** Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe da Unesp, 2015. Disponível em <http://hdl.handle.net/11449/144217>. Acesso em: 14/11/2025.

CHAVES, Christine de A. **A Marcha Nacional dos Sem Terra: um estudo sobre a fabricação do social.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

COLETIVO Nacional de Cultura. Ensaio sobre Arte e Cultura na Formação. **Caderno das Artes: Rede Cultural da Terra.** São Paulo: Associação Nacional de Cooperação Agrícola, 2006.

COSTA, Iná Camargo. Palestra sobre o ensaio O autor como produtor. In COLETIVO Nacional de **Cultura. Ensaio sobre Arte e Cultura na Formação. Caderno das Artes: Rede Cultural da Terra.** São Paulo: Associação Nacional de Cooperação Agrícola, 2006.

GASPARIN, Geraldo José. **A formação política como necessidade da classe trabalhadora: a experiência do MST.** Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe. São Paulo: Unesp, 2017.

FARIA, Juliana Bonassa. **Caminhos e descaminhos na construção de uma práxis cultural emancipadora.** Monografia de conclusão de curso defendida na Universidade do Oriente, de Santiago de Cuba, 2011.

FARIA, Juliana Bonassa. Arte e MST: Acúmulo, Desafios e Projeções. In: **Arte no Campo: Perspectivas Políticas e desafios.** São Paulo. Outras Expressões, 2016.

MENEGAT, Marildo. Da arte de nadar para o reino da liberdade. In COLETIVO Nacional de Cultura. Ensaio sobre Arte e Cultura na Formação. **Caderno das Artes: Rede Cultural da Terra.** São Paulo: Associação Nacional de Cooperação Agrícola, 2006.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Dados da Educação no MST**. Disponível em: <https://mst.org.br/educacao/>. Acesso em: 19/10/2025.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Caderno de poemas Versando Rebeldia**. São Paulo, 2016.

VILLAS BÔAS, Rafael Litvin. MST conta Boal: do diálogo das Ligas Camponesas com o Teatro de Arena à parceria do Centro do Teatro do Oprimido com o MST. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 57, p. 277-298, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i57p277-298>. Acesso em: 19/10/2025.

VILLAS BÔAS, R. L. **2001-2021, duas décadas da Brigada Nacional de Teatro do MST Patativa do Assaré**: ressonâncias, desafios e interfaces com o trabalho teatral da Educação do Campo. Rev. Bras. Educ. Camp., Tocantinópolis, v. 6, e12410, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e12410>. Acesso em: 14/11/2025.

VILLAS BÔAS, R. L., & PEREIRA, K. A. Formação estética e organização social: teatro na Licenciatura em Educação do Campo. **Conhecer: Debate Entre o Público e o Privado**, 9(23), 2019, p. 63–93. <https://doi.org/10.32335/2238-0426.2019.9.23.1041>. Acesso em: 14/11/2025.

VILLAS BÔAS, R. L., & CANOVA, F. Quando Camponeses Entram em Cena: trabalho teatral do MST e a interface com a linguagem audiovisual. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, Porto Alegre, 9(4), 01–29, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/presenca/article/view/91022>. Acesso em: 14/11/2025.

VILLAS BÔAS, Rafael Litvin. **Territórios da literatura no MST**. Publicado no site do MST em 23 de agosto de 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/08/25/territorios-da-literatura-no-mst/>. Acesso em 21/06/2025.

Recebido: 22/06/2025
Aceito: 01/10/2025